

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Chicão da Silveira - PDT  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Remídio Monai - PR

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Flamarion Portela - PTC

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Brito Bezerra - PP

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B  
Deputado Jean Frank - PMN

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Coronel Chagas - PRTB  
*Suplentes:*  
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP  
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Chicão da Silveira - PDT

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP  
Deputado Jalsler Renier - DEM  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC  
Deputado Remídio Monai - PR  
Deputado Gabriel Picanço - PSB  
Deputado Naldo da Loteria - DEM  
Deputada Marcelo Natanael - PRB

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Jânio Xingú - PSL  
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB  
Deputado Dhiego Coelho - PSL

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB  
Deputado Marcelo Cabral - PPS  
Deputado Sargento Damosiel - PRP  
Deputado Erci de Moraes - PPS  
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL  
Deputado Célio Wanderley - DEM  
Deputado Mecias de Jesus - PRB  
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB  
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

**Atos Administrativos**

Resoluções de Afastamentos nº 718 a 720/2011 2

**Atos Legislativos**

Corregedoria - Portaria nº 002/2011 2

Ata da 2085ª Sessão Ordinária 2

Ata da 2080ª Sessão Ordinária na Íntegra 3

**Atos Legislativos - Atas das Comissões**Atas de Reuniões das Comissões em Conjunto,  
Realizadas em: 06/12 e 07/12/2011 9Atas de Reuniões da Comissão de  
Constituição, Justiça e Redação Final,  
Realizadas em: 09/11 e 13/12 10Ata de Reunião da Comissão Especial  
Externa - Resolução nº 026/11 11

EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA  
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS****RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO  
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 718/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE****AUTORIZAR** o deslocamento das servidoras **MARIA DAS GRAÇAS SERRÃO DA SILVA, Auxiliar Parlamentar V** e **MARIA FRANCISCA DE FARIA QUEIROZ CASTRO, Auxiliar Parlamentar III**, para o município de Rorainópolis, no período de 26.12 a 29.12.2011, aonde as mesmas estarão realizando a divulgação da nova estrutura de cursos na modalidade à distância, naquela localidade, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de dezembro de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 719/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE****AUTORIZAR** o deslocamento dos servidores **MÁRIO JUCIVALDO CUNHA DE ALMEIDA, Auxiliar Parl. V, MARIA APARECIDA MOREIRA DE OLANDA, Chefe do Protocolo Geral** e **ROSILENE SANTIAGO PINHEIRO, Assistente Parl. III**, para a cidade de Belém-PA, no período de 22.12 a 31.12.2011, aonde os mesmos realizarão visita a Câmara Municipal e Assembléia Legislativa de Belém e participarão de palestras de interesse deste Legislativo sobre Educação Ambiental e Saúde, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de dezembro de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 720/2011**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE****AUTORIZAR** o deslocamento da servidora **MARIA IZABEL DE ARAÚJO, Assistente Parl. IV**, para a cidade de Teresina-PI, no período de 22.12 a 31.12.2011, aonde a mesma participará de treinamentos junto ao setor financeiro da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de dezembro de 2011

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

**ATOS LEGISLATIVOS****CORREGEDORIA GERAL: PORTARIAS****Corregedoria-Geral da Assembleia Legislativa de Roraima.  
PORTARIA 002/ 2011****CONSIDERANDO** que o período legislativo desta Casa de Leis se encerra no dia 28 de dezembro do corrente ano;**CONSIDERANDO** que os fatos a serem apurados envolvem parlamentares que estarão de recesso neste período;**CONSIDERANDO** que o recesso legislativo interrompe os prazos ofertados a esta Corregedoria-Geral da ALE-RR, o Excelentíssimo Senhor Corregedor, a bem do interesse público com o fim de resguardar os prazos estipulados para os processos apuratório, no uso de suas atribuições **resolve**:

Suspender os prazos dos processos durante o período de recesso parlamentar, cabendo aos servidores desta Corregedoria-Geral a manutenção dos serviços internos, a bem do serviço público, cumprindo a estes servidores o recesso nos períodos natalino e festas de réveillon que durará de 28/dezembro/2011 a 08/janeiro/2012.

Publique-se.

Boa Vista-RR, 22 de dezembro de 2011.

ERCI DE MORAES

Deputado Corregedor/ALE-RR

**ATAS PLENÁRIO - SUCINTA****ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**Às nove horas do dia vinte e um de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio**

**Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura do Expediente: **EXTERNO**: Ofício nº 2325/11, de 13/12/11, da Superintendência Regional de Roraima, informando sobre Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. **GRANDE EXPEDIENTE**: O Senhor Deputado **Erci de Moraes** iniciou destacando que o homem precisa ser, antes de tudo, autêntico e coerente consigo mesmo para conseguir ser com os outros. Em seguida, lembrando que esta é a sua terceira legislatura, ressaltou que sempre procurou conviver de forma educada, pacífica e harmônica com os seus Pares, contendo-se e comportando-se com civilidade, nos embates do Parlamento, destacando, porém, que há atitudes e acontecimentos injustificáveis na Casa, sendo, portanto, necessário extravasar o sentimento de profunda frustração. Prosseguindo, chamou a atenção dos seus Pares para uma reflexão sobre política, destacando o pensamento de Rubem Alves, quando divide o político em duas classes: “político por vocação, que se realiza pela própria ação, como ente político; e político por profissão, que se realiza por aquilo que afez de material”. Continuando, afirmou não ter planos para um quarto mandato, pois, em suas palavras, o homem deve saber a hora de parar, destacando que cumprirá o seu mandato até o último dia, com dignidade, trabalho e respeito absoluto para com a sociedade que o elegeu. Após, ressaltou que tem procurado contribuir da melhor maneira possível, lembrando que, durante este ano, realizou um papel dos mais penosos possíveis, que é o de Corregedor da Casa, pois, no entendimento, é um trabalho que requer muita parcimônia, bom senso e, sobretudo, equidade, para não cometer injustiça com os seus Pares. Após, chamou a atenção para o fato de que, no dia 29 de novembro, encaminhou ao Presidente da Casa um Projeto de Resolução que propõe a reestrutura da Corregedoria, no entanto, até o momento, nenhuma providência foi tomada, destacando que a estrutura pleiteada é a mínima necessária. Dando continuidade, referiu-se à PEC nº 005/11, de sua autoria, que, de acordo com o Senhor Parlamentar, deu entrada no primeiro dia útil do segundo semestre legislativo e ainda não foi votada, sendo enfático ao afirmar que o que tem presenciado é uma série de manobras regimentais espúrias, descumprindo os acordos firmados. Prosseguindo, informou que não retirará a matéria de pauta, ressaltando que não está preocupado se ela será aprovada ou não, mas que haja, pelo menos, uma reflexão sobre as obrigações do Poder Legislativo. Finalizando, solicitou ao Senhor Presidente o cumprimento da palavra empenhada para que o Projeto de Resolução da Corregedoria seja colocado em pauta, para discussão e votação, ainda este ano, destacando que, do contrário, no reinício das atividades legislativas, colherá assinaturas para extinguir o órgão, por entender que não há razão para que ele exista. **ORDEM DO DIA**: O Senhor Presidente em exercício anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução Legislativa nº 33/11, que altera a Resolução nº 009/11, que “dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; do Projeto de Lei nº 055/11, que “dispõe sobre a proibição do uso de capacete dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; e em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 027/11, que “altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 149, de 16/10/09, que “cria o Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural – RR Sustentável, disciplina as etapas do processo de licenciamento ambiental de imóveis rurais, nos dispositivos que menciona, revoga a Lei Complementar nº 173, de 27/12/10, e dá outras providências”, de autoria Governamental; e da Proposta de Emenda Constitucional nº 005/11, que “dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 30 da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados. Em seguida, suspendeu a Sessão, pelo tempo necessário, para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer às referidas matérias. Após o tempo necessário, o Senhor Presidente em exercício reabriu a Sessão, informando que a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 22, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella,**

**Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**  
 Aprovada em: 22/12/2011

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2080ª SESSÃO, EM 07 DE DEZEMBRO.  
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.  
 = ORDINÁRIA =  
 PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA CORONEL  
 CHAGAS.  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia sete de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico da Guerra**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente o Expediente consta do seguinte:

### RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento nº 004/11, solicitando prorrogação de prazo para que a Comissão Especial Externa, criada através da Resolução 018/11 “Com o objetivo de acompanhar o Projeto de Reforma Política, em tramitação no Congresso Nacional e apresentar sugestões a serem incluídas no texto normativo”, nos termos do § 1º do art. 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, para conclusão de parecer, de autoria do **Deputado Naldo da Loteria**.

Memo nº 049/11, de 06/12/11, do Deputado Remídio Monai Montessi, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 06/12/11; Projeto de Lei s/nº, do **Deputado Coronel Chagas**, dispondo sobre os critérios para a adoção e utilização de material escolar e material didático pelos estabelecimentos de educação básica da rede privada do Estado de Roraima e dá outras providências.

-Indicação s/nº, de autoria do **Deputado Soldado Sampaio**, ao Governador do Estado, solicitando “analisar sobre o Orçamento Participativo de Roraima (OPARR), e dá outras providências”.

-Indicação nº 02/11, de autoria da **Deputada Aurelina Medeiros**, ao Governador do Estado, solicitando “implantação da Vicinal 15 (magrão) na Colônia Samaúma, município de Mucajaf”.

-Indicação nº 03/2011, de autoria da **Deputada Aurelina Medeiros**, ao Governador do Estado, solicitando “recuperação das pontes da Vicinal 25 -Apiaú, no município de Mucajaf”.

-Indicação nº 06/11, de autoria da **Deputada Aurelina Medeiros**, ao Governador do Estado, solicitando “implantação de 6 km de rede elétrica, através do Projeto Luz Para Todos, executado pela CER, na localidade do Apuruí, Vicinal 04 no município de Iracema”.

-Indicação nº 07/11, de autoria da **Deputada Aurelina Medeiros**, ao Governador do Estado, solicitando “recuperação e ampliação da Escola Nova Esperança e construção de quadra de esporte na Vila Sumaúma, construção da quadra de esportes na Escola da Vila da Penha, ambas as Escolas localizadas no município de Mucajaf”.

### RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

-Mensagem Governamental nº 51, de 06/12/11, encaminhando Projeto de Lei que “aprova a prorrogação do prazo de duração da Secretaria de Estado Extraordinária de Articulação e Promoção de Investimentos”.

-Mensagem Governamental nº 52, de 06/12/11, encaminhando Projeto de Lei que “dispõe sobre a prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal no Estado de Roraima”.

**-EXTERNOS:**

-Ofício nº 3024/11, de 29/11/11, do Departamento Nacional de Trânsito, respondendo à 1ª Carta de Trânsito de Roraima “pela sua, pela minha, pela nossa vida”.

-Ofício Circular nº 020/11-ASPAM, de 29/11/11, do **Deputado Mecias de Jesus**, presidente do Parlamento Amazônico, informando ter levado ao conhecimento de Plenário, na Sessão do dia 29/11, suposta ameaças contra sua pessoa.

-Ofício nº 193/11, de 01/12/11, da Câmara Municipal de Bonfim, encaminhando cópia de inteiro teor do Processo e do anexo, que culminaram com o Relatório Preliminar Circunstanciado.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Procede à chamada.

O Senhor **Deputado Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputado, amigos presentes no plenário e também através da rádio comunitária da rádio Anauá, em Rorainópolis, servidores desta casa, membros dos meios de comunicação, a todos nosso cordial bom dia.

Faço uso hoje da tribuna em primeiro lugar para agradecer o apoio de todos os servidores desta Casa e também de todos os Deputados por ocasião do debate no âmbito da comissão especial e depois do apoio no plenário desta Casa, para votação da Proposta de Emenda à Constituição que trouxe um aperfeiçoamento à nossa Carta Magna Estadual, no tocante ao artigo 174 que versa sobre a defesa do consumidor do nosso Estado.

Em diversos Estados existe um arcabouço jurídico de proteção ao cidadão e ao consumidor nas relações de consumo que lhe possibilitam fazer frente às grandes empresas quando ela compra um produtor/serviço e não lhe é prestado conforme o contratado, entretanto, aqui o cidadão tem uma dificuldade **Deputado Flamarion** para fazer valer esse direito, porque não temos ainda um PROCON instalado. Temos um departamento de defesa do consumidor que não tem a estrutura adequada para fazer frente a uma demanda e nem tem os poderes que tem o programa de orientação e defesa do consumidor, que é o PROCON. Então, essa nossa PEC veio com essa finalidade de além de dar mais poderes à Comissão de Defesa do Consumidor para realizar reuniões, buscando a conciliação, propor representações em órgãos competentes, dar assistência jurídica integral ao consumidor, veio também estabelecer para que no prazo de 90 dias a Assembleia Legislativa readequará sua estrutura orgânica criando espaço para instalação do PROCON.

Tenho certeza que essa ação da Assembleia servirá muito para o cidadão roraimense.

Então, por essas razões que inicialmente começamos agradecendo a todos os Deputados pelo apoio e pela votação unânime nos dois turnos pela aprovação dessa PEC que deverá ser promulgada pela Mesa Diretora e após a publicação entrar em vigor e a partir daí, a Comissão de Defesa do Consumidor vai ter todo respaldo e a competência necessária para prover e promover garantia do consumidor e Assembleia Legislativa vai ter esse prazo de 90 dias para instalar o PROCON.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, primeiro cumprimentar Vossa Excelência pela iniciativa, eu acho que isso está dentro do espírito da atribuição mais nobre do Poder Legislativo ou dentre as 03 que destaco como uma das mais nobres, que é a representar o conjunto da sociedade, se preocupar com aquilo que incomoda a sociedade e não precisa ir muito longo para ter plena certeza que qualquer cidadão, não só em Roraima, como qualquer parte do território nacional, se sente lesionada a cada dia, quer seja na sua conta telefônica, de energia, em contratos assinados que às vezes não é lido com atenção, quer seja em mais variadas tentativas de burlar a sociedade. Então, a gente vivencia o dia a dia, nas compras dos eletrodomésticos, isso acontece comigo, com você, com qualquer um, depois você vai na representação, você está lesionado, não estar no usos fruto daquilo que você pagou com o suor do próprio rosto.

Então, eu espero **Deputado Chagas** que o Poder legislativo dê a devida atenção ao propósito nobre de Vossa Excelência. Dê a devida atenção no sentido de montar uma estrutura, uma equipe eficiente com advogado dedicados, uma equipe que exercite a defesa do cidadão de Roraima, vou torcer muito para que isso funcione com eficácia e

eficiência. Meus parabéns!

O Senhor **Deputado Coronel Chagas**, continua. Antes de apresentarmos essa PEC, ainda no início do ano, nós conversamos com o Presidente **Chico Guerra**, e, ele ficou muito satisfeito, nos incentivou a apresentar a PEC, que ele abraçaria como uma das metas de sua gestão, então, é um excelente sinal, e eu tenho certeza que a partir do momento que nós aprovarmos a Resolução que cria o PROCON, no âmbito interno da Assembleia Legislativa, os vinte e quatro Deputados têm condições de acompanhar e fiscalizar e dar os meios para que o PROCON funcione.

Uso também do espaço, para trazer um outro ponto, que aflige muitas familiar do nosso Estado, eu acredito que todos que tem conhecimento da reclamação, e dos apelos feito pelos pais, quando vão matricular um filho em um colégio particular do nosso Estado. Não refiro-me ao valor da mensalidade, cada um procura de acordo com o seu orçamento, mas sim pela questão da relação de material escolar e didático apresentados para serem entreguem no primeiro dia de aula. A reclamação é grande que até o Ministério Público já foi chamado, e teve que intervir, e isso tem causado um aflição muito grande nas famílias roraimenses. Há itens que são de uso individual do aluno, e aqui acolá tem escolas que apresentam relações abusivas, como papel higiênico, até absorvente, álcool, resma de papel, material de limpeza para a escola, e os pais ficam em uma situação difícil, se não entregar, ficam pensando de como será o tratamento com o aluno que não entregar o material solicitado. Então, em alguns Estados já foi estabelecido isso através de uma lei ordinária que nós apresentamos no dia de ontem nesta Casa, um Projeto de Lei que tem por finalidade dispor sobre os critérios para a adoção e utilização de material escolar e didático para o estabelecimento de educação básica da rede privada do Estado de Roraima e dá outras providências.

Com isso, nós estamos estabelecendo através desta proposta, qual é o material que os colégios particulares podem cobrar do estudante, estabelecendo os que são vedados a sua cobrança. E além disso, estabelecendo a sanção caso haja a cobrança e reincidência disso. Então esse Projeto deverá tramitar nas Comissões, não só na da defesa do consumidor, mas em outras afins, para verificar a sua legalidade e constitucionalidade e sua regimentalidade, afim de que possamos dotar a família roraimense de mais um instrumento que lhe dê garantias para que não seja lesado nas relações comerciais e contratuais. Então, desde já solicito o apoio de todos pares desta Casa, reafirmando que a aplicação desta Lei, e de outras correlatas, caberá especificamente a Comissão de Defesa do Consumidor, e também ao PROCON que nós deveremos criar nos próximos quarenta dias. Muito obrigado!

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** – hoje eu pretendo usar do expediente para tratar do Orçamento, estamos chegando ao final do ano, e este Poder tem a responsabilidade de discutir, debater e aprovar a peça mais importante de todo o seu trabalho anual, que é a Lei Orçamentária Anual para o exercício de dois mil e doze.

Mas eu não posso deixar de tratar de forma repentina a matéria que trouxe no dia de ontem a tribuna, eu procuro pesquisar, está respaldado para trazer qualquer denúncia. E como eu disso, avalio como séria e grave. E peço para ler a resposta do **ex Deputado Márcio Junqueira** a Folha de Boa Vista. Ele diz que refutou as afirmações feitas por mim e, negou a existência de funcionário fantasma na pasta. Olhem só o que ele diz: “entretanto admitiu a existência de duplicidade de cargos que teriam sido detectados pela Secretaria Estadual de Administração. Existem também na esfera Municipal e Federal, disse **Márcio Junqueira**.” Ele afirmou que o ITERAIMA não contrata diretamente pessoal mas apenas solicita os profissionais que são enviados pelos, ITAM, a responsabilidade é do ITAM. Olhem o que é grave, a Deputado Aurelina Medeiros sabe do que vou me referir, até porque ela mesma me falou. “A responsabilidade é do ITAM, conforme convênio aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.” Eu pergunto se algum dia um Deputado aprovou isso na Lei de Diretrizes Orçamentária. Continua a fala do Senhor Márcio Junqueira “havia essa superposição de cargos, encaminhamos para o ITAM e informamos que essas pessoas teriam que sair dos quadros porque apesar de serem de convênio, são recursos públicos que eles estavam recebendo.”

Na primeira vez que eu trouxe esse assunto aqui, pelo que a **Deputada Aurelina Medeiros** me contou, conversou com o Senhor **Márcio**, e ele chegou a dizer que o Instituto foi declarado de utilidade pública pela Assembleia Legislativa. Eu pesquisei e não existe nenhum Projeto de Decreto Legislativo Tramitando na Casa sobre a transformação desse instituto em Utilidade Pública, não foi aprovado!

Daqui há pouco a Assembleia é que vai ser culpada por essa folha. Mas vamos em frente. Agora, eu quero discutir um pouco sobre orçamento. Eu comparei o orçamento de 2011 com o de 2012, fui fazer um levantamento e encontrei valores que na sua grande maioria apresentam um crescimento vegetativo de 9,7, mas encontrei também valores bem interessantes, por exemplo, o orçamento da vice-governadoria está acrescido de 125%; o orçamento da Secretaria de Estado e Comunicação Social está acrescido de 49,65% quase 50% a mais. O Estado teve em 2011 oito milhões e seiscentos, vai ter praticamente treze milhões em 2012. Depois me chama a atenção a Fundação do Meio Ambiente que tem seu orçamento reduzido em 21% em contrapartida do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado foi acrescido de 544% em relação ao ano passado. Agora, aqui tem algo que me causou espécie, ontem eu questioneei a Secretária Leni, porque a Secretaria de Educação globalmente falando Deputado Célio, tem um incremento de 15,35%, Deputada Aurelina. Acontece que o recurso do FUNDEB, específico está saindo em 2011, trezentos e vinte e cinco milhões para trezentos e vinte e seis milhões está crescendo de um ano para outro 0,48%, menos de 0,50%. Nem o crescimento vegetativo está sendo aplicado nos recursos do FUNDEB. Concedo um aparte ao Deputado Joaquim Ruiz.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – Em relação ao FUNDEB, **Deputado Flamarion**, com a criação e ampliação da rede pública de educação do Município de Boa Vista, se Vossa Excelência pegar do ano passado para esse ano as transferências aumentaram significativamente, para Vossa Excelência ter uma ideia desse parâmetro, se Vossa Excelência pegar no portal da transparência, o FPM hoje, o FUNDEB hoje de todos os municípios de Roraima são maiores dos que as transferências do FPE mensal. No dia que eu fiz a pesquisa, tive essa observação porque eu peguei esses valores. Aqui nós não recebemos FUNDEF federal, aqui nós temos a junção dos recursos que vêm para o Estado do FPM e o ICMS junto com as receitas dos Municípios. Então, o que está ocorrendo com o FUNDEB, Deputado Flamarion? Está aumentando a rede pública municipal, está aumentando as transferências que eram para ir para o Estado. Agora, o Banco do Brasil já transferi automaticamente para os Municípios do Estado. Portanto, a tendência, inclusive, é de reduzir o FUNDEB, porque o ensino fundamental é competência até a 5ª série dos municípios. Estou colocando isso aqui, para corroborar a pesquisa que Vossa Excelência fez.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** continua – Eu encontro lógica no raciocínio, agora carece que a gente diante do senso escolar verificarmos isso, porque sabemos que o FUNDEB é em função do número de alunos. Qual é o crescimento da questão do alunos da escola quer seja a nível estadual ou fundamental. Mas, me chamou a atenção porque o crescimento do FUNDEB está muito pequeno. E, ontem, a Leni numa das fontes que alimenta o FUNDEB ela repetia muitas vezes, isso é 5% dos 25%. Se nós temos 10% e passa a ser 20%, nós temos que ter o dobro porque é um percentual em cima daquele valor. Mas, eu só estou chamando a atenção porque a gente tem que esclarecer isso.

Mas, **Deputada Aurelina**, outra pérola do orçamento, Secretaria de Estado da Agricultura, pecuária e Abastecimento era oitenta e oito milhões e quatrocentos e passou para oitenta e oito milhões e quinhentos, ou seja, cresceu 0,1%, **Deputado Célio Wanderley**. É um crescimento de apenas algumas dezenas de reais, mas a agricultura não é prioridade, nós não ainda não reconhecemos que a forma desse Estado desenvolver é através da agricultura e o orçamento dessa secretaria praticamente é o mesmo **Deputado Erci de Moraes**.

A Academia de Polícia Integrada está crescendo 45%, deve ser em função das bolsas.

A Secretaria do Índio está crescendo 21%, às vezes, se fala que o índio é de responsabilidade da União, mas o orçamento está crescendo 21%, enquanto que o da Agricultura cresceu 0,1%. Então, eu procuro entender qual é a lógica da confecção desse orçamento, porque eu entendo que com relação a questão indígena o Estado teria que começar a construir parcerias fortes para ir aos poucos dividindo essa despesa com a manutenção dos índios. Eu acho isso absolutamente lógico, dividindo isso com a União, mas enquanto aquilo que é exclusivo do Estado cresce algo insignificante, a Secretaria do Índio está crescendo duas vezes e meia o crescimento normal aplicado aqui, no orçamento global.

Aparte concedido ao Senhor **Deputado Soldado Sampaio-Deputado Flamarion**, só para contribuir com vossos discurso, se

olharmos a Mensagem Governamental da LOA, se olharmos a Mensagem Governamental do PPA e seu texto, o discurso é um, mas os números refletem outro. Falasse em agricultura, desenvolvimento, apoio a iniciativa privada, estive discutindo isso com o Deputado Brito e, constatamos que a Agência de Fomento não está sendo valorizada e a ADER muito menos. A Secretaria de Agricultura, Vossa Excelência mostrou que apenas algumas dezenas de reais foia crescendo. Se olharmos também para a área de segurança não é diferente, estou fazendo um apanhado de investimentos na área de segurança e vamos constatar que o orçamento da segurança está um caos, pois falta gasolina, falta viatura, falta tudo e olha que boa parte dessas questões são arcadas por parte do Governo Federal basta ter uma contrapartida, o mínimo do mínimo. E, nem isso o Governo está se propondo a fazer. Se olharmos algumas secretarias na área de segurança como Corpo de Bombeiros e Polícia Militar percebemos que está havendo apenas o incremento de reposição salarial doa no que vem. E o Governo está todos os dias dizendo que realizará concurso público para Polícia Militar, que irá contratar 600 homens. Eu não vejo no recurso proposto na LOA para efetivação desse concurso. E quando houve excesso de arrecadação foram priorizadas outras secretarias como a de comunicação. Nós percebemos que só de contrato com pessoas jurídicas e divulgação está previsto nove milhões em um estado pequeno onde você consegue divulgar suas boas ações até com um carro de som. E o Governo gasta nove milhões, ou seja, somente é o que está previsto, fora a suplementação nessas pastas.

Na Casa Militar não é diferente, então se nos atermos a mensagem governamental, achamos que o Governo realmente não está compromissado com o desenvolvimento do Estado. Agora, quando passamos a olhar os números nas instituições que podem oferecer desenvolvimento ao nosso Estado a realidade é outra. O governo vai para a TV e para rádio dizendo que, ele é grande gerador de renda, e que vai empregar as pessoas, mais Vossa Excelência trouxe uma lista de pessoas com dois, três empregos dentro do Governo, grandes empresários recebendo, o discurso é um, e a prática é outra, então eu quero me somar a Vossa Excelência, mais uma vez fizemos uma proposição nessa Casa, que foi dado entrada ontem, para que possamos construir o orçamento do ano que vem de maneira participativa, ouvindo a sociedade, ouvindo as lideranças comunitárias sindicatos e associações, essa é a melhor forma de ter um orçamento que representasse a vontade popular e não um orçamento definido. Pelo que eu vi é cópia, atualiza-se as datas, adiciona o crescimento do PIB e PCA.

Eu dei entrada na Comissão de Orçamento para que façamos pelo menos três audiência pública, com a agricultura, saúde, segurança, haja visto que a educação já foi aprovada. Parabéns **Deputado Flamarion**.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** continua- Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, em 1995, eu em janeiro assumi uma cadeira no Parlamento Estadual e já no final de 95 chegou aqui a peça orçamentária e eu tive curiosidade de pegar a mensagem com a peça orçamentária e comparar com o ano anterior, pasmem os Senhores era uma cópia fidedigna até os erros gráficos eram os mesmos, então depois disso eu mesmo levantei essa questão e começou a se ter mais cuidado, de menos olhar era um negócio incompreensível, mais o Deputado Sampaio têm razão, não talvez na mesma forma grosseira, mais as coisas se repetem, com cópia permanente.

A questão da segurança ela é extremamente preocupante, hoje não existe mais cidadão Roraimense tranquilo, é porque isso não saio na imprensa. Há poucos dias entraram na casa de uma autoridade deste Estado, ele têm um sistema que aciona e a polícia chegou. A imprensa não divulgou porque não soube, mais entraram na casa, mora num bairro nobre, no paraviana, há poucos dias entraram na casa de um coronel, o empresário comum vive sobressaltado, a questão da segurança não pode deixar de ser debatido, não podemos fazer ouvidos de mercador, é prioritário.

O Senhor **Deputado Ionilson Sampaio**- Essa questão de nós nos atarmos com mais cuidado para o orçamento, essa é a função maior do Parlamento, é a nossa principal função além a de fiscalizar, é nós direcionarmos, olharmos com lupa para onde vamos autorizar o Governo a colocar os recursos públicos, que infelizmente os orçamentos hoje ainda são autorizativos, mais haverá um dia que eles serão impositivos, o que o Legislativo decidir o executivo terá que executar.

Estivemos ontem com a Secretaria de Educação a **Lenir**, os próprios Secretários, eles têm preocupações orçamentarias e gostaria

que nós mudássemos, que nós reversemos os orçamento deles e muitas vezes isso é feito lá na SEPLAN e não se discute sequer com os gestores das pastas, já que não se discute com eles, vamos nós discutirmos isso aqui, vamos chamar os secretários das pastas afins e vamos ver aonde é que estão os gargalos, quais são as suas prioridades, o orçamento da maneira que feito hoje é uma peça de ficção e mal feita. Você estava dizendo que em 95, quando você assumiu o primeiro mandato meu caro Deputado Flamarion veio com erros ortográficos, talvez o analfabeto que fez o orçamento de 94, seja o mesmo que fez o de 95 e o mesmo que esteja fazendo o orçamento agora, resta-nos analisar a peça orçamentária com cuidado, a gente faz um apelo a essa Casa, são vários os discursos dos colegas parlamentares, sejam eles da base ou da oposição, nós temos que ter esse cuidado sobre pena de sermos cobrados pela sociedade no futuro, se continuarmos errando.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** continua- Me veio cabeça algo do seu conterrâneo, o Senhor Inocêncio de Oliveira que vai completar 36 anos, já ouvi dele a seguinte pérola, o Parlamento têm seu momento mais nobre na análise da LDO, Lei das Diretrizes Orçamentárias na aprovação do PPA que são para quatro anos e na Lei Orçamentaria. O nosso orçamento aqui é o que se discute menos, a gente discute outros Projetos, nós deixamos de valorizar essa nobre missão em função do Parlamento, na discussão da peça orçamentária que vai decidir o destino do conjunto da peça orçamentária, se nós vamos ter uma saúde melhor, uma educação mais aprimorada, se nós vamos ter uma segurança mais eficiente, essas questões são relevantes para o Parlamento, mais infelizmente a gente se apequena Deputado Sampaio, nós subtraímos aquilo que é nosso para entregarmos a outros poderes e a outras deliberações, quando a prerrogativa é nossa, mais agora mesmo **Célio Wanderley** Presidente da Comissão, deu o prazo até segunda feira para as emendas e hoje eu perguntei ao relator do orçamento, quanto é valor da emenda? Respondeu que ainda não está definido. O **Deputado Célio** está há dias para definir isso com o Gabinete do Governador também não definiu, já estão exauridos os prazos mais nós não sabemos qual é valor da Emenda. Isso demonstra quão é desvalorizada a discussão do orçamento infelizmente essa é a grande verdade.

Aparte concedido ao senhor **Deputado Chicão da Silveira**- Eu queria cumprimentar a Vossa Excelência pelas sábias palavras, e dizer que é gritante a situação dessa peça orçamentária nesta Casa. Mas, gostaria de fazer uma observação para que possamos fazer uma reflexão. Ser Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças do Estado nesta Casa parece que é cargo vitalício, têm vários anos que eu estou aqui e eu nunca vi mudar. O **Deputado Guerra** saiu agora por que veio para a Presidência. É preciso nós nos aprofundarmos nos estudos e vamos entrar de recesso 15,18, quando puder nós temos até dia 31 de dezembro, nós estamos aqui para trabalhar então, podíamos nos aprofundar mesmo no estudo do orçamento para entendermos as mudanças das dotações orçamentárias de uma pasta para outra, para que possamos aprovar um orçamento de justo de forma a poder incentivar e estimular o desenvolvimento econômico do Estado de Roraima através dessa peça orçamentária. Parabéns.

Aparte concedido ao **Deputado Célio Wanderley** – Gostaria de dizer ao **Deputado Chicão** que para ser Presidente da Comissão é só se candidatar na próxima eleição e se ganhar será o Presidente da Comissão. Isso é democracia, a maioria ganha, é o direito que cada um tem, agora se o senhor nunca teve e também nunca se interessou pelo orçamento, pois ele está aqui há mais de 45 dias e até ontem o senhor não apresentou nenhuma emenda, aí eu não tenho culpa se Vossa Excelência não tem interesse.

**Deputado Flamarion** em relação a emenda, digo o seguinte, a emenda o valor que a gente já conversou e eu falei diversas vezes pra Vossa Excelência e alguma mudança se ocorrer, aí a gente vai ter que fazer. E aos outros Deputados, cada um pode apresentar a emenda que quiser e o valor que quiser, desde que ele tenha argumento para aprová-la, nós temos a Comissão de Orçamento para isso. É lógico que dentro de um acordo para se passar uma emenda você tendo maioria na Comissão, consegue colocar quantas emendas quiser, desde que aprovada na Comissão.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** continua – É real, gosto desse lado positivo do Deputado Célio, está vendo Deputado Brito, é aquilo que lhe afirmei de manhã, Vossa Excelência pode fazer a emenda de 50, 30, 15 milhões, por mais nobre que seja o objeto da sua emenda o difícil é aprovar. Já que a gente conhece a dinâmica da Comissão, a gente procura fazer algo mais consensual, quando retornei para o Poder Legislativo alguns anos atrás, apresentei algumas emendas

na LDO como por exemplo: que na construção de casas populares atendessem às mulheres que chefiam às famílias, pois aqui neste Estado são 38 mil famílias chefiadas por mulheres. Coloquei que um percentual atendessem aos deficientes, que a **Senadora Ângela Portela** conseguiu incluir isso em Brasília e o Prefeito Iradilson Sampaio inclui aqui e fez uma Lei, hoje qualquer prefeito que construir conjunto habitacional em Boa Vista, terá que destinar 10% de suas casa para portadores de necessidades especiais. Coloquei isso aqui, foi literalmente rejeitado. Nada foi aprovado. No outro ano testei novamente e a resposta é que não dá que fere a Constituição. Então nós já sabemos a dinâmica e como sabemos fizemos questão de saber qual é o valor para que pudéssemos fazer as emendas já de forma parcialmente consensual, mas o orçamento está começando a discussão agora, acho que devemos nos aprimorar nisso, devemos gerar um bom debate nisso e estamos dispostos a estudar mais profundamente para gerar esse debate em respeito ao parlamento estadual. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o grande expediente, passaremos para a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura da pauta da Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – procede a leitura da Ordem do Dia. Discussão e votação em Turno Único do Requerimento nº 004/11 de autoria de vários Deputados, que solicita prorrogação de prazo para funcionamento da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 018/11; Requerimento nº 062/11, assinado pela maioria dos Deputados solicitando análise de reconhecimento de urgência do Projeto de Lei nº 066/11 que cria a Escola Pública de Trânsito e dá outras providências, para que o mesmo possa seguir o curso normal e tramitação sem prejuízo as demais deliberações; Discussão e Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei nº 070/11 que institui o programa de regionalização da merenda escolar, de autoria do **Deputado Brito Bezerra**; Projeto de Lei nº 072/11 que dispõe sobre o desconto do imposto sobre propriedade de veículo automotores – IPVA, de autoria dos **Deputados Jean Frank e Flamarion Portela**; Projeto de Lei Complementar nº 022/11 que altera dispositivos da Lei nº 002 de 02/09/93 e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado; Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 025/2011 que altera os dispositivos da Lei Complementar nº 030 de 30/06/1999 e nº 054 de 31/12/2001, nº 079 de 10/10/2004 e revoga a Lei Complementar nº 181 de 08/07/2011 sobre a estrutura organizacional do Instituto de Previdência – IPER e dá outras providências, de autoria governamental; Discussão e Votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 026/11 que altera e acresce o dispositivo da Lei Complementar nº 164, que reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima e estabelece competência e estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira, de autoria da Defensoria Pública.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Suspendeu a Sessão para que as Comissões em Conjunto possam deliberar sobre a matéria.

#### Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 022/11, bem como do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Projeto de Lei nº 022/11 e o Parecer.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 022/11. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir em votação, em primeiro turno. A votação será eletrônica, comunico ao Senhores Deputados que nos termos do artigo 188 do caput do Regimento Interno o Projeto será aprovado se tiver os votos da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

O Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – O G6 acompanha a oposição que irá votar pela aprovação.

O Senhor **Deputado Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – A oposição vota sim porque está convicta e não para agradar o G5 ou G6 que ainda nem se definiram e nem seu posicionamento. A oposição está votando por entender que todos os trabalhadores têm direito ao auxílio alimentação e estamos trabalhando junto ao Governo para crie auxílio alimentação aos servidores do Executivo.

O Senhor **Deputado Jânio Xingu** pede Questão de Ordem – o Senhor Deputado Joaquim me disse que está fazendo um movimento para transformar o G5 em G24 até o final do ano.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Declaro aprovado

em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar nº 022/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 025/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) Lido o Projeto de Lei Complementar nº 025/11.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) Em discussão o Projeto. Em votação. A votação será eletrônica, comunico aos Senhores Deputados que nos termos do artigo 188 do caput do Regimento Interno o Projeto será aprovado se tiver os votos da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Dou por aprovado em segundo turno o Projeto de Lei Complementar nº 025/11.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 026/11.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 026/11

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 026/11. Não havendo quem queira discutir em votação. A votação será eletrônica, comunico aos Senhores Deputados que nos termos do artigo 188 do caput do Regimento Interno o Projeto será aprovado se tiver os votos da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Dou por aprovado em segundo turno o Projeto de Lei Complementar nº 026/11.

Foi feito um entendimento entre os líderes para incluir mais dois projetos na pauta. O Projeto que institui o programa de regionalização da merenda escolar no Estado e dá outras providências; e o Projeto que dispõe sobre o desconto no imposto sobre propriedade de veículos automotores, IPVA, aos contribuintes e dá outras providências.

O Senhor **Deputado Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente foi um entendimento entre as lideranças que entre os projetos aptos a serem votados colocaríamos dois projetos, o projeto do **Deputado Jean** e do **Deputado Brito Bezerra**, uma forma de valorizarmos o trabalho dos Parlamentares.

O Senhor **Deputado Célio Wanderley** pede Questão de Ordem – Eu sequer fui consultado, se houve acordo não foi comigo.

O Senhor **Deputado Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Gostaria que o meu líder me oriente, eu não conheço a matéria.

O Senhor **Deputado Célio Wanderley** pede Questão de Ordem – O projeto que tinha sido acertado era o segundo turno dos dois projetos e foi me informado que era uma reunião na Comissão Especial para votar o projeto do Tribunal de Justiça, eram esses três projetos que tinham acertado, agora fizeram a reunião conjunta e não me deram satisfação e depois dizem que fizeram acordo comigo, não fizeram nenhum acordo comigo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – É por isso que eu estou colocando para que o plenário decida.

O Senhor **Deputado Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente eu conversei com o Deputado Célio Wanderley, eu sou autor do projeto e ele disse que visse a questão para outro dia, conversamos com o vice-líder, conversou com o Deputado Rodrigo Jucá que disse que por ele tudo bem. Acertamos com todos os Deputados, esse projeto é de suma relevância para o Estado e deveria entrar em votação, desde que votasse também o **Deputado Jean**. Ficou acordado entre os Deputados, são dois projetos de relevância, eu requeiro de Vossa Excelência e de toda a Mesa que coloque em pauta tendo em vista que todos os Deputados estão aqui e com disposição para votar o projeto.

O Senhor **Deputado Rodrigo Jucá** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente eu realmente disse que não me colocaria contrário a apreciação desse projeto hoje em plenário, mas entendo que o líder do Governo precisa opinar, eu não me oponho, temos toda condição de votar. É importante que o líder do Governo possa estar de acordo.

O Senhor **Deputado Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente acredito que o projeto do **Deputado Brito Bezerra** é de suma importância, portanto, não foi tratado no âmbito do G5, nós desconhecemos a matéria. Com relação ao projeto do Jean, eu conheço até porque fui o relator, não vejo nenhum problema porque o G5 tem conhecimento do teor do projeto. O Deputado Brito Bezerra esteve comigo dizendo que tinha conversado com o líder da oposição e com o líder do Governo mais com o G5 não houve nenhum entendimento ainda.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Qual é a posição do G6?

O Senhor **Deputado Coronel Chagas** – Apenas quero conhecer o projeto.

O Senhor **Deputado Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Gostaria que o **Deputado Célio Wanderley** me orientasse, se não me orientar vou ter que pedir vista às duas matérias para que eu possa ter conhecimento.

O Senhor **Deputado Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente nós estamos numa votação concluída praticamente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Nós estamos votando o Requerimento.

O Senhor **Deputado Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Como é que vamos votar um Requerimento sem antes passar por uma votação que ainda estamos analisando? A votação foi encerrada agora, nós ainda estávamos no transcurso da votação.

O Senhor **Deputado Coronel Chagas** pede Questão de Ordem – Conversando com os integrantes do G5 não há nenhum obstáculo por parte do grupo para colocar em votação.

O Senhor **Deputado Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Esses dois projetos não tem nada haver com a posição do líder do Governo, que não deixa de ser importante em qualquer projeto, mais como não se trata de matéria governamental eu entendo que o líder não vai criar nenhum obstáculo porque é uma matéria de Deputados Estaduais que estamos dando destaque aos projetos que eu também considero importante até para valorizar o empenho e o trabalho individual de cada Deputado nesta Casa.

O Senhor **Deputado Célio Wanderley** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente na realidade eu concordo com o Jalser a única coisa que eu descordo é que nós continuamos fazendo as mesmas coisas, os projetos que devem em pauta na ordem do dia do dia seguinte deve ser analisado não aqui em plenário. As comissões não se reúnem a tarde quando deveria se reunir, o Deputado prefere reunir agora, na hora da Sessão, quando na realidade deveria se reunir fora da Sessão e termos conhecimento prévio da nossa ordem do dia do dia seguinte. Essas questões a gente organiza uma pauta junto com a Primeira Secretaria e todos os dias estabelece um pedido e altera-se a pauta do dia que a gente tem. A gente não consegue se programar, não é contra o projeto do **Deputado Jean**, muito menos do **Deputado Brito Bezerra** que são projetos importantes e que podem entrar na pauta eu só queria que daqui para frente a gente se organizasse para que não tivéssemos esses embates, esses desgastes desnecessários. Todas as Comissões façam a sua parte, coloquem os projetos em condições para entrarem na pauta que irão entrar naturalmente sem nenhuma discussão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Houve um entendimento de líderes para colocar esses dois projetos, estamos colocando para que o plenário decida e pelo que vejo já está decidido.

Declaro aprovado em segundo o projeto de Lei Complementar nº 026/11, que Altera e acresce o dispositivo da Lei Complementar 164 que reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima, e estabelece a estrutura desse órgão e organização do Instituto da respectiva carreira.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto nº 070/11 que regionaliza a merenda escolar.

O Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – Pede questão de ordem – A gente sabe das dificuldades que passa aqui no plenário, o **Deputado Célio**, quando ele coloca o problema da pauta que é regimental. Fechar a pauta do dia anterior para o próximo é regimental, mas se nós fizermos essa correção, a gente acaba com uma série de problemas. Então, quero fazer um apelo ao Líder do Governo para que a gente vote todos os projetos que estão aí, porque já passaram por várias comissões, mesmo com as falhas. Hoje, às 15 horas, na Assembleia, a Comissão de Educação estará reunida, fica aqui o convite a todos os membros, mas quero fazer esse apelo, porque quero aprovar também os projetos aqui da nossa Casa, dois projetos que eu acho interessantes e importantes. Se há uma arguição da inconstitucionalidade, essa é uma decisão jurídica que tem que ser analisada no jurídico, mas vamos aprovar aqui no Parlamento que é a Casa do povo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Quero anunciar e agradecer a presença do **Vereador Dunga** nas nossas galerias. Seja bem-vindo vereador.

Solicito ao senhor Primeiro secretário que proceda à leitura do relatório das Comissões em conjunto ao projeto que institui o programa de reorganização.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o

relatório da Comissão em conjunto ao projeto 070/11.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o projeto.

O Senhor **Deputado Brito Bezerra** – Senhor Presidente, primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos os Deputados que deliberaram o projeto na comissão mista. Quero agradecer o esforço de Vossa Excelência por ter o colocado em pauta, o **Deputado Jalsler Renier** que discutiu e aprovou o projeto aqui na Comissão, o **Deputado Joaquim Ruiz**, que é o Presidente da Comissão de Educação. Enfim, agradecer a todos os Deputados pela louvável iniciativa de aprovarmos este projeto na comissão mista, que está em Plenário. E, destaco a importância do projeto para o nosso Estado, no sentido de aquecer a economia e de primar pela compra da merenda escolar aqui no nosso Estado, gerando emprego e renda, atendendo aos estudantes da Rede Estadual de Ensino com uma alimentação saudável que vai realmente suprir as necessidades orgânicas dos alunos. Ao **Deputado Chicão da Silveira**, que é um representante do poder do setor primário, obrigado pelo apoio e pelo interesse. Muito obrigado a todos. Peço ao **Coronel Chagas** que também nos apoiou, ajudou, para que a gente consiga aprovar esse projeto para o bem do nosso Estado. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor **Deputado Xingu** pede Justificativa de Voto. – Primeiro, eu quero dizer que o Projeto do **Deputado Brito** é um projeto de grande importância para o Estado de Roraima, e que irei votar favorável. Peço também aos colegas que votem favorável. Eu também quero cobrar do **Deputado Brito** o que ele disse a mim, e ao **Deputado Jalsler Renier**, que se nós aprovássemos este projeto hoje, amanhã ele iria fazer um discurso, afirmando fazer parte da base do Governo. Então, eu, como Vice-Líder, já considero que o Governo tem 17 Deputados nesta Casa, porque nós vamos aprovar esse projeto por unanimidade.

O Senhor **Deputado Jalsler Renier** – Mais uma vez eu quero me reportar a boa ideia apresentada pelo eminente Parlamentar. Quero dizer que nós entendemos a posição estruturante que nós temos aqui no nosso Estado. Eu defendo que tudo o que nós produzimos aqui. Nós temos que vender e comercializar aqui. Temos que começar a aplicar esse projeto para que a merenda escolar seja produzida e comercializada aqui no nosso Estado. Eu acho que qualquer pessoa que queira o desenvolvimento de um Estado, zela pelos trabalhadores que cumprem sua missão nele. Então, o Estado de Roraima precisa dar prioridades para os seus. Muitas empresas vêm do outro lado do mundo se instalar aqui no Estado de Roraima, mas nem os impostos elas pagam aqui, e absolutamente nada elas consomem aqui. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência que o projeto é importante. Vou votar favorável. Quero me irmanar a Vossa Excelência para que o Governo do Estado, ao invés de vetar, sancione a lei para que entre em vigor. E que, qualquer empresa que se instale aqui, com qualquer fim, tenha que dar prioridade para os produtores do nosso Estado de Roraima. Parabéns para Vossa Excelência e voto favorável com toda satisfação.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Eu quero, também, me juntar ao **Deputado Brito** e ao **Deputado Jalsler**, votando a favor para que esse projeto seja aprovado, pois ele é de suma importância para o Estado de Roraima. E, que ele se estenda também para a alimentação servida na penitenciária, na cadeia pública, e que todos os órgãos que o Governo contrata para fornecer alimentação, utilizem os produtos que o Estado de Roraima produz. É louvável vossa iniciativa, pois é assim que a gente constrói e ajuda o Estado, com união e irmandade. Era isso, Senhor Presidente. Obrigado.

O Senhor **Deputado Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, é plenamente louvável e digna de aplauso a iniciativa do **Deputado Brito**. Eu estava me lembrando agora, **Deputado Jalsler Renier**, que há uns dois anos atrás eu e a **Ex-Deputada Marília Pinto** fomos visitar as instalações da COAN, empresa que fornece alimentação para os presídios e para parte das escolas do Governo do Estado, e que através de um convênio com a prefeitura do Município de Boa Vista, também fornecia alimentação para o restaurante popular. Pois é, tudo muito bonito, tudo muito limpo, mas o que nós vimos lá, foi cenoura, macaxeira, hortifrutigranjeiros, tudo embalado a vácuo. Vinham de caminhão de São Paulo. E, nós questionamos, na época: Por que não compra esses produtos aqui? Haveria necessidade de trazer isso de São Paulo? E eles responderam que não havia regularidade no fornecimento, que isso era uma política da empresa. Enfim, nós perdíamos por todos os lados. E, diante da pertinência deste projeto do **Deputado Brito Bezerra**, só nos resta apelar para que nós possamos aprová-lo. É uma oportunidade para aqueles que vivem da agricultura familiar venderem seus produtos. E, na própria Secretaria de Educação, existe uma

legislação, inclusive, que permite a compra direta com dispensa de licitações de produtos da agricultura familiar. Basta, para isso, que os produtores, organizem em cooperativas. Então, essa questão da regionalização da merenda escolar é extremamente saudável, salutar, pois os alunos irão saber o que vão comer e estarão acostumados com o cardápio. Portanto, peço a todos que votem a favor e acredito que o referido projeto será aprovado por unanimidade. E que até mesmo o Governo não vetará o projeto de iniciativa do Deputado. Portanto, parabéns, Deputado Brito, e vamos torcer pela aprovação do projeto.

O Senhor **Deputado Chicão da Silveira** – Nós temos um Governador democrático que tem responsabilidade com este Estado. Acredito na sanção do Projeto de Lei de Vossa Excelência. ‘Parabéns, Deputado. É uma iniciativa que vem oferecer oportunidade a quem mora no interior do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar, coloco o projeto em votação. A votação será eletrônica. Votando “sim”, os Deputados estarão aprovando a matéria, e votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 070/11, por 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 072/11, que “dispõe sobre o desconto de imposto sobre a propriedade de veículos automotores, IPVA, aos contribuintes, e dá outras providências”; de autoria do Deputado Jean Frank.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) - Lido o Projeto de Lei nº 072/11 e o Parecer.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Projeto de Lei nº 072/11.

O Senhor **Deputado Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero agradecer ao **Deputado Chagas** por estudar profundamente essa matéria. Eu venho insistindo nesse projeto desde a legislatura passada. E, agora, o **Deputado Jean** também incorporou seu trabalho a esta Casa. A nossa intenção com certeza é discutir e fazer com que os bons exemplos sejam copiados. Não estamos nos preocupando com o valor de desconto, com valor pecuniário maior ou menor, tanto é que o meu projeto tinha um valor maior. O **Deputado Erci**, relator na legislatura passada, também sabe que houve escalonada e percentual menor e fomos plenamente favoráveis. Houve o veto, esta Casa teve 12 votos e faltou um voto para derrubar o veto. Agora, apelo para o Deputado Jean para que faça um trabalho político junto ao Gabinete Civil, junto a PROGE para ver esse projeto aprovado e transformando em lei, para que a gente possa, efetivamente, ver isso sendo posto em prática. Não há a menor dúvida que o gasto que o Estado tem só para receber pacientes em leito de hospital, no trauma, sem falar na UTI e outras despesas, é muito grande. O primeiro ano, não cometendo infração de trânsito, o condutor terá desconto de 5% no IPVA e dois anos depois, escaladamente 10%. Portanto, agradecemos o empenho do Deputado Chagas, apelamos para os Deputados para que votem na certeza que estamos dando uma boa contribuição nesse momento para que o trânsito, no Estado, não continue ceifando vidas e entristecendo famílias num volume muito grande. Tivemos um seminário de trânsito, onde o Doutor Jorge Erviton, se não me falha a memória, mostrou que 28% dos acidentes de trânsito acontecem com os jovens que perdem suas vidas, principalmente, os jovens do sexo masculino. Então, que esses jovens possam se espelhar nos pais, nos avós, tios, e entender que o trânsito é para fazer o bem, jamais para tirar vidas. Obrigado.

O Senhor **Deputado Jean Frank** – Senhor Presidente, quero pedir aos nobres colegas que votem a favor pela aprovação desse projeto, tendo em vista que, o nosso Estado, hoje, tem vários acidentes de trânsito e os órgãos fiscalizadores estão punido os maus condutores. Esse projeto é uma forma de favorecermos os bons condutores. Aqueles que não cometerem nenhum acidente, ou infração durante um ano, terão um desconto de 5% no IPVA. Se não cometerem infração durante dois anos, terão desconto de 10%. Três anos, desconto de 15%. E, tenho certeza que, com isso, quem vai ganhar é o Estado, devido ao grande número de acidentes acontecendo na nossa Capital, pois iremos reduzir custos na Secretaria de Saúde, no DETRAN, na Polícia Civil. Por isso que apresentamos esse projeto. Agradeço e peço o apoio dos colegas.

O Senhor **Deputado Coronel Chagas** – Senhor Presidente, quero parabenizar os **Deputados Jean Frank e Flamarion Portela**. Cada um apresentou um projeto, porém com o mesmo objetivo. Um



dos projetos teve o parecer de inconstitucionalidade, e outro de constitucionalidade. Nós nos debruçamos sobre os projetos e verificamos que estava havendo equívocos e que, efetivamente, o legislador tem competência para apresentar projeto dessa natureza, não privativa do Chefe do Poder Executivo. Depois, houve a dúvida de qual texto aproveitaremos. Os dois Deputados chegaram num entendimento, o que demonstra o alto espírito público dos dois Deputados. E, quem ganha com isso é a sociedade roraimense. Fico feliz de ter tido essa oportunidade de trabalhar nesse projeto e peço a todos os Deputados o voto favorável.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, quero parabenizar os **Deputados Flamarion e Jean**, por esse projeto que é de suma importância para o nosso Estado. E, tenho certeza que vão deixar de ser ceifadas muitas vidas, porque quando se oferece alguma vantagem à população, eles cuidam até da sua própria pessoa. Parabéns e tenho certeza que o projeto vai ser aprovado.

O Senhor **Deputado Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, quero juntamente com os demais Parlamentares, parabenizar os **Deputados Flamarion e Jean**, e ressaltar o estudo que foi feito para darmos o embasamento jurídico e permitirmos a aprovação dessa medida, pela Assembleia. Como o Projeto era de autoria de Deputados, eu não tinha o conhecimento desse embasamento, e tinha a mesma dúvida que permeou o entendimento de outros Deputados, mas fui plenamente convencido dessa viabilidade. Estão de parabéns os dois Deputados, não só pelas propostas que trazem, mas pelo debate que trouxeram para viabilizar essa proposta que foi aqui apresentada. Parabéns aos dois que trazem uma contribuição importante para o trânsito aqui em Roraima.

O Senhor **Deputado Jalser Renier** – Senhor Presidente, quero parabenizar não só os Deputados, mas o trabalho de um técnico, advogado que trabalha nesta Casa, **Doutor Ricardo**, que com muita competência buscou jurisprudência no Supremo Tribunal Federal. Do contrário, esse projeto talvez não tivesse o discernimento de ter sido votado por nós, tanto é que houve uma suscitação de dúvidas, se era um projeto de lei ou se era uma proposta autorizativa. O Parlamentar, no receio de repente o Governo dizer que a matéria poderia ser de competência financeira e não se tratar desta Casa, enviou um projeto autorizativo, e o outro que teve um estudo de um advogado desta Casa, para que a matéria tivesse mais consolidação e a jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, afastando qualquer possibilidade do Governo do Estado de vetar essa lei.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Só espero que o nosso Governador tenha a mesma visão que teve o nosso Procurador.

Em votação. A votação será eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria, e votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n 072/11, com 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor **Deputado Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, uso de Explicações Pessoais para convocar os Senhores Parlamentares **Ionilson Sampaio, Ângela Portella, Coronel Chagas, Sargento Damosiel e Aurelina Medeiros**, para uma reunião da Comissão de Ética, após a Sessão.

O Senhor **Deputado Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, hoje, às 15 horas haverá uma reunião da Comissão de Educação com a Secretária de Educação e com representantes do SINTER. A reunião já está confirmada.

O Senhor **Deputado Erci de Moraes** – Senhor Presidente, quero convocar, mais uma vez, a Comissão Especial que avalia a PEC, oriunda do Ministério Público de Especial de Contas do TCE, para uma reunião, segunda-feira, às 15 horas, no plenarinho da Assembleia.

O Senhor **Deputado Sargento Damosiel** – Senhor Presidente, quero parabenizar o **Deputado Jean** e todos os que compreenderam e votaram nesse projeto, pois com certeza, além dos benefícios, ele incentivará as pessoas para que tenham mais um pouco de atenção no trânsito. Esperamos que o Governo sancione o mais rápido possível essa lei e que venha trazer os frutos desejados que foi o motivador da iniciativa do projeto do **Deputado Jean**. Parabéns.

O Senhor **Deputado Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero solicitar da Mesa Diretora, providências junto a um blog conhecido em nosso Estado, Fonte Brasil, que está hoje difamando não só a mim, mas a esta Casa. Vossa Excelência sabe e

autorizou, pois estivemos juntos no Parlamento Amazônico, após ter terminado todos os eventos, no sábado, vários Deputados a voltaram para Boa Vista. Eu segui por conta própria, com meus recursos, sem diária, para o Estado do Maranhão, e fui não como Deputado, e sim, como Diretor da ANASP. Peço a Mesa que acione a Assessoria Jurídica, tome providências na justiça e responsabilize esse blog que está difamando este Poder.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 08, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 13/12/2011

## ATAS COMISSÕES

### REUNIÃO DAS COMISSÕES EM CONJUNTO REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às onze horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 22 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Jalser Renier, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 085/11**, de autoria da Defensoria Pública, que, Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Pessoal e o Plano de Carreira e de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências”; Relator, Deputado Erci de Moraes. Parecer Favorável. Não houve discussão, submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **02) Projeto de Lei Complementar nº 026/11**, de autoria da Defensoria Pública, que, “ Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 164, que reorganiza a Defensoria Pública do Estado de Roraima e estabelece competência e estrutura dos seus órgãos, a organização e estatuto da respectiva carreira”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. Não houve discussão, submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, encerrou a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. E, para constar, eu, Gizelda pinheiro de Barros, Secretária, lavei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 07/12/2011

### REUNIÃO DAS COMISSÕES EM CONJUNTO REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às dez horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumiu a Presidência da Comissão o

Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 23 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 010/11**, de autoria do Deputado Flamarion Portela, com anexo do **Projeto de Lei nº 072/11**, de autoria do Deputado Jean Frank, que, "Autoriza o Poder Executivo a conceder desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor anual do IPVA, aos condutores que durante o ano não cometerem infração ao Código de Trânsito Brasileiro". Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. Discutiram a Matéria os Senhores Parlamentares Flamarion Portela e Jean Frank. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **02) Projeto de Lei nº 053/11**, de autoria do Deputado Chicão da Silveira, que, "Dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas a consumidores, em todos os estabelecimentos". Relator, Deputado Dhiego Coelho. Parecer Favorável. Discutiram a Matéria os Senhores Parlamentares Chicão da Silveira, Brito Bezerra e Rodrigo Jucá. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **03) Projeto de Lei nº 055/11**, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz, que, "Dispõe sobre a proibição do uso de capacete dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima". Relator, Deputado Flamarion Portela. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **04) Projeto de Lei nº 066/11**, de autoria do Poder Executivo, com anexo dos **Projetos de Lei nº 047/09**, de autoria do Deputado **Marcelo Cabral** e **n.º 022/11**, de autoria do Deputado **Rodrigo Jucá**, que, "Dispõe sobre a criação da Escola Pública de Trânsito, como órgão executivo, da estrutura administrativa do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Roraima, alterando a Lei nº 338, de 28 de junho de 2002 e dá outras providências." Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer Favorável. No mento da discussão, os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Soldado Sampaio, em questão de ordem solicitaram vistas em conjunto da Matéria, sendo concedido pela Comissão até o dia 13/12/11. **05) Projeto de Lei nº 068/11**, de autoria do Deputado Jean Frank, que, "Dispõe sobre reserva de vagas para mulheres gestantes, em estacionamento mantido pelas Instituições Públicas e Concessionárias de serviços públicos bem como demais estacionamentos privados localizados no território do Estado de Roraima". Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer favorável com Emenda Supressiva aos artigos 3º e 4º. A Senhora Relatora antes de proceder a leitura do parecer, informou a Comissão que houve a necessidade de suprimir os artigos mencionados. Após leitura da emenda foi submetida à discussão, não havendo discussão, foi colocada em votação, sendo aprovada. Em seguida, a Senhora Relatora proferiu a leitura do parecer com a Emenda. Colocado em votação o parecer com a recomendação da Senhora Relatora foi aprovado pelos Membros presentes na Comissão. **06) Projeto de Lei nº 070/11**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, "Institui o programa de regionalização da Merenda Escolar-PREME, no Estado de Roraima e dá outras providências". Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Favorável. Discutiram a Matéria os Senhores Parlamentares Brito Bezerra, Jalsler Renier e Joaquim Ruiz. Submetido à votação, o parecer da Senhora Relatora foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **07) Projeto de Lei Complementar nº 022/11**, de autoria do Tribunal de Justiça, que, "Altera Dispositivos da Lei Complementar n.º 002, de 02 de setembro de 1993, e dá outras providências". Relatora, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado pela maioria dos Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, encerrou a reunião às onze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Gizelda

pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 21/12/2011

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E REDAÇÃO FINAL  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2011.**

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Jalsler Renier, Flamarion Portela e Coronel Chagas. Ausente a Deputada Aurelina Medeiros. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Jalsler Renier, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta a **Proposta de Moção de Pesar n.º 032/11**, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, "pelo falecimento do Senhor Pedro Crusciak". O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente na reabertura dos trabalhos, constatou na Ordem do Dia a Proposição, analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou-o em discussão. Não houve discussão, submeteu à votação, foi aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação da Matéria, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão

Aprovada em: 13/12/2011

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E REDAÇÃO FINAL  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,  
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Flamarion Portela e Jalsler Renier. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos **Proposta de Moção de Repúdio n.º 033/11**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, "Moção de Repúdio pelos comentários feitos pelo Secretário Estadual de Comunicação Ruy Oliveira Figueiredo em sua página pessoal na rede social

FACEBOOK". O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente na reabertura dos trabalhos, constatou na Ordem do Dia à Proposição, analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não havendo discussão, submeteu à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação da Matéria, encerrou a reunião às oito horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Rodrigo Jucá**

Presidente da Comissão  
 Aprovada em: 20/12/2011

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 026/11, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2011 - PARA ARGUIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.**

Aos trinta dias do mês de novembro, do ano de dois mil e onze, às doze horas e treze minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, Criada através da Resolução nº 026/11, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do Senhor Venilson Batista da Mata para exercer o Cargo de Procurador -Geral do Estado, e sabatiná-lo, sob a Presidência do Senhor Deputado Brito Bezerra, com a presença dos Senhores Deputados Coronel Chagas, Relator; Jean Frank e Naldo da Loteria, Membros. Ausente o Senhor Deputado Marcelo Cabral. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Naldo da Loteria, dispensou a leitura da Ata, tendo em vista, a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra, informou à Comissão que a reunião tinha por objetivo arguir o Senhor Venilson Batista da Mata, indicado pelo Chefe do Poder Executivo, para ocupar o cargo de Procurador - Geral do Estado. O Senhor Presidente, antes de passar a palavra ao arguido, solicitou ao Senhor Relator Deputado Coronel Chagas, que fizesse a leitura da Ficha de Identificação do Candidato. Prosseguindo o Senhor Relator proferiu a leitura com as seguintes informações: Nome: Venilson Batista da Mata; Registro Geral nº 1094192-4 SSP/AM; CPF: 445.895.262-72; Filiação: Ednaldo Serrão da Mata e Vera Lúcia Batista Lira; Data de nascimento: 24/10/1974; Profissão: Procurador do Estado; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Manaus-AM; Estado Civil: União Estável; Endereço: Rua Maria Evangelina da Silva, nº 37, Parque Caçari. Continuando o Senhor Presidente informou que, inicialmente as perguntas seriam dirigidas pelos Membros da Comissão e em seguida os demais Deputados presentes e, passou a palavra ao Senhor **Venilson**

**Batista da Mata** para suas considerações iniciais. O Senhor Venilson Batista da Mata, declarou sua satisfação e honra em estar nesta Casa como indicado pelo Chefe do Poder Executivo para ocupar o Cargo de Procurador-Geral do Estado, e se colocou à disposição para responder as perguntas que seriam feitas pelos Deputados, através das quais fariam avaliação da possibilidade ou não da sua aprovação para ocupar ao Cargo de Procurador-Geral do Estado. Informou que o quadro, conforme a Lei Complementar nº 071, é composto por sessenta e três Procuradores, porém, os que atuam são em número de quarenta Procuradores, isto é três atuam em Brasília para recurso perante os Tribunais Superiores; um em Manaus para recurso perante Tribunal Regional do Trabalho; outro Procurador está licenciado, por ser Vereador no Município de Goiana no Estado de Goiás; e uma Procuradora de licença médica. Portanto ao todo são quarenta efetivos. Informou ainda, que para o concurso de 2013, ainda, não há previsão em razão de uma legislação Federal, que prevê a instalação do Juizado Especial da Fazenda Pública até junho de 2012. Caso houver uma necessidade de demanda por mais Procuradores, caberá ao conselho encaminhar essa informação ao próprio Governador do Estado, que autorizará ou não a abertura de um novo concurso. Informou que no momento o quadro consegue dar conta das atividades. O Procurador atua junto ao próprio ITERAIMA para verificar a questão da legalidade as transferências, ressaltou que, o Governador, de forma pessoal, já chamou os Procuradores, ele tem todo o cuidado, porque quem assina o título dando a posse é o próprio Governador. Continuando informou que os Procuradores têm dado amparo ao próprio ITERAIMA, cujo Presidente se comprometeu em não mais fazer transferências de terras, enquanto não forem atendidos os requisitos da Lei. Em prosseguimento, o Senhor Presidente declarou-se satisfeito com a explanação do candidato, e abriu espaço aos Membros da Comissão e demais Deputados. Concluídos os questionamentos, os Membros da Comissão consideraram satisfatório o resultado, pela forma clara e objetiva das informações dada pelo arguido. Levantando-se em consideração as informações apresentadas pelo sabatinado, tanto quanto a apresentação pessoal de suas atividades, esta Comissão declarou-se satisfeita e recomendou o Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a indicação do nome do Senhor Venilson Batista da Mata ao Cargo de Procurador-Geral do Estado, informando ao arguido o término do procedimento e, portanto, estava dispensado. Prosseguindo, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, visando elaborar a Proposição e emissão de parecer do Relator. Após o tempo estipulado, constatou-se na mesa dos Trabalhos Projeto de Decreto Legislativo nº 011/11, de autoria desta Comissão, que, "Aprova a indicação para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, o nome do Senhor Venilson Batista da Mata, ao Cargo de Procurador-Geral do Estado, de conformidade com a Resolução nº 026/11". O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator, Deputado Coronel Chagas, proceder à leitura do Parecer à Proposição em epígrafe. Procedida à leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não havendo discussão o parecer foi colocado em votação, sendo acatado por unanimidade de seus Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** Às doze horas e quarenta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, eu, Dagoberto Vieira Barros, Secretário, lavrei a presente Ata que, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Brito Bezerra**

Presidente da Comissão





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RORAIMA  
***A Força do Povo***

A Força do Povo  
DO ESTADO DE RORAIMA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO**

